



QUAL PALMARES PARA QUAL BRASIL?

Glória Abreu França¹

Mariana Jafet Cestari²

Rogério Modesto³

Neste trabalho, partimos de uma tomada de posição que considera que o governo tripudia sobre as conquistas democráticas das classes trabalhadoras e dos grupos historicamente subalternizados. E se as mulheres, LGBTQI+, negros e negras estão na linha de tiro do bolsonarismo, parece-nos fundamental analisar as práticas discursivas da extrema direita. Pensando nisso, ao longo deste texto, tentaremos sustentar que esse olhar discursivo deve pressupor e enfrentar como agenda teórico-metodológica a dimensão racializada e gendrada dos discursos em condições de produção marcadas pela colonialidade.

Nosso olhar volta-se para a Fundação Cultural Palmares. Criada a partir da Lei Federal nº 7.668 de 22 de agosto de 1988, na conjuntura da Constituinte, a Fundação é uma instituição pública brasileira, vinculada originalmente ao extinto Ministério da Cultura. Segundo sua lei de criação, seu objetivo seria "promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos da influência negra na formação da sociedade brasileira".

Historicamente associada às lutas dos movimentos negros, a Fundação Palmares tem se envolvido em constantes polêmicas, com sua direção negando pautas como as políticas afirmativas, especialmente as cotas raciais, e questionando seus símbolos, a exemplo do concurso para substituição do machado de Xangô como logomarca da Fundação. Muito recentemente, os jornais da grande mídia circularam a notícia de que até mesmo o nome da fundação, que traz à memória Zumbi dos Palmares e seu quilombo, poderia ser trocado em favor do nome da Princesa Isabel, responsável pela assinatura da Lei Áurea de 1888. Estamos diante, assim, de uma direção que, dentre outras questões, questiona símbolos de resistência negra a partir de uma posição institucional que tenta restituir uma narrativa conservadora para a qual a "benevolência política" dos governantes imperiais brasileiros foi mais importante para a história negra-brasileira do que os gestos de revolta e rebeldia que expunham as mazelas vividas pelos negros e negras.

A partir dessas condições de produção, na perspectiva que adotamos, tomamos a Fundação Palmares projetada do lugar do porta-voz de uma determinada afro-brasilidade, pensando-o enquanto lugar de enunciação (ZOPPI-FONTANA, 1999). Este gesto de análise nos permite discutir a tensão discursiva instaurada entre brasileiros e negros (com a negação de afro-brasileiros) nos dizeres do lugar institucional da Fundação Palmares, o que nos remete a uma operação discursiva que Fiorin (2019) caracteriza como típica do discurso da extrema-direita. Trata-se de um nacionalismo fundado em uma axiologia simplista, que trava uma luta entre o bem e o mal, e que produz uma coletividade indivisa (apagando as contradições

¹ Doutora em Linguística, Universidade Federal do Maranhão - UFMA, gloria.franca@ufma.br.

² Doutora em Linguística, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, marianajcestari@cefet.br.

³ Doutor em Linguística, Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, roger.luid@gmail.com.

internas) ao mesmo tempo que funciona não na oposição espacial entre nacional e estrangeiro, mas no estabelecimento de inimigos internos, “que são os que não comungam dos valores conservadores que caracterizam a nação brasileira” (FIORIN, 2019, p. 374).

Interessa-nos "refletir sobre esses processos ideologicamente heterogêneos, contraditórios, assimétricos e deslocadores" (PÊCHEUX, 2012, p. 118). Diante de nosso objeto de análise, buscamos compreender como a des-localização do sujeito enunciador faz funcionar um determinado registro de discursividade "de direita" no quadro dos dispositivos de enunciação política no Brasil atual (ZOPPI-FONTANA, 2019). Nesse funcionamento, Zoppi-Fontana (2019a, s. p.), retomando Silveira (2015), tem identificado a "sobreposição do ordinário do digital com o institucional", transbordando os limites confusos e instáveis entre uma fala pública e uma fala privada, uma fala institucional e uma fala individual, uma declaração oficial e uma opinião pessoal, o comunicado de uma decisão definitiva ou de uma tentativa provisória.

Por isso, elegemos como material principal de análise o Relatório Público da Fundação Palmares intitulado Retrato do Acervo: três décadas de dominação marxista na Fundação Cultural Palmares (2021) e o relacionamos a outros dizeres no digital, a exemplo do perfil de Sérgio Camargo, atual presidente da Fundação, por nomeação de Jair Bolsonaro, nas redes sociais. Na descrição de seu perfil de figura pública no Instagram, Sérgio Carmargo se orgulha de ser predicado como "negro de direita", "antivitimista", "livre" e "inimigo do politicamente correto", tomando para si o papel de antagonista direto das pautas sociais dos movimentos negros ao opor-se à alegada “divisão dos brasileiros em grupos raciais” e à ideia de que o “negro brasileiro é afrodescendente”, afirmando “somos descendentes de brasileiros” ou ainda “somos um só povo”.

Portanto, um dos elementos constitutivos desse funcionamento da des-localização do sujeito enunciador se dá no/pelo papel do digital. Por um lado, no Relatório do Acervo, isso pode ser flagrado no gesto de deslocamento radical que se materializa na própria fotografia de um livro envelhecido, textualizando livros antigos e, ao mesmo tempo, na digitalização desses livros ou de suas capas para serem agrupados na capa do relatório exposto no site da Fundação Palmares e como imagem do post no Instagram institucional. É no/pelo digital que se materializa um retrato dos livros do acervo da Fundação, um modo de mostrá-los às “pessoas de bem”, que, confrontadas com um “acervo defasado e brutalmente parcial”, “ficarão chocadas”. Destacamos aqui a força do “choque”, do “espanto” com o até então desconhecido que, quando é mostrado, faz-se retrato em um gesto que o transforma em ameaça, o que justifica que deva ser excluído, censurado.

Esse deslocamento à direita nos parece funcionar de modo similar ao efeito de des-localização do sujeito enunciador, conforme descrevemos anteriormente. Ambos se relacionam com a textualização de determinados posicionamentos na materialidade do digital: sobre os livros, nas redes sociais. Assinalamos, em diálogo com o que propõe Piovezani (2020) em seu livro em coautoria com Emile Gentile sobre “A linguagem fascista”, que este funcionamento não se dá à margem dos grandes meios de comunicação, na perspectiva de que a “franqueza e autenticidade da expressão” (PIOVEZANI; GENTILE, 2020, p. 46) do líder no fascismo, insuflada de controvérsias (diga-se autoritarismo, grosseria e preconceitos), dá grande audiência em “conformidade com a lógica do espetáculo que vigora em nossa mídia” (PIOVEZANI; GENTILE, 2020, p. 152), que premia essas posturas com a “vitrine midiática” (PIOVEZANI; GENTILE, 2020, p. 173).

A partir dessas considerações iniciais sobre os funcionamentos do discurso da extrema direita, procuramos, então, dar consequência à ideia da Fundação Palmares como lugar de enunciação que interpreta os discursos fundadores da brasilidade e do movimento negro. O próprio nome da Fundação Palmares remete aos discursos fundadores da afirmação do negro no Brasil, que se dá no embate com discursos sobre a brasilidade. Segundo Souza (1993, p. 59), em artigo que analisa o Manifesto do Dia Nacional da Consciência Negra (1978) como acontecimento discursivo, temos o embate entre “o escravo significado como passivo diante do domínio dos senhores brancos” e “o negro como agente ativo que se rebela contra o escravismo”. Portanto, como discurso de reação, como condição de possibilidade para a afirmação de uma subjetividade negra no Brasil, elege-se o episódio das lutas de Palmares, buscando “alçar Palmares e Zumbi do plano da lenda para o lugar do efeito-verdade ainda não inscrito na história oficial” (SOUZA, 1993, p. 60).

A noção de lugar de enunciação, considerado como uma dimensão das posições-sujeito, constitui-se em torno da "reflexão sobre a divisão social do direito de enunciar e a eficácia dessa divisão e da linguagem em termos de produção de efeitos de legitimidade, verdade, credibilidade, autoria, circulação, identificação, na sociedade" (ZOPPI-FONTANA, 1999, p. 16). Recorremos a este conceito para pensar esse lugar de enunciação que se projeta enquanto identificando-se com a "valorização do negro como parte inseparável do povo brasileiro", ao mesmo tempo em que se dirige a "pessoas de bem" e "cidadão brasileiro", ao lado de quem se identifica já que desse mesmo lugar enuncia-se: "somos um só povo". O que se coloca como efeito de sentido é que "o negro" nessas formulações, em um movimento contraditório, é posto primeiramente como estando fora desse povo uno que é "povo brasileiro" ao mesmo tempo em que é formulado enquanto "parte inseparável do povo brasileiro".

Interessa-nos em particular pensar nesse efeito de verdade, ou efeito de clareza, que se formula em torno da "fala pública de um locutor autorizado, identificado por um nome próprio e inscrito em um lugar institucional de destaque no campo político, a quem lhe seria atribuído um modo de dizer emocional e irracional e uma vontade de enganar ou confundir a opinião pública" (ZOPPI-FONTANA, 2019a, s. p., grifos da autora).

Desse modo, se, de fato, a Fundação Palmares é projetada politicamente para funcionar como um porta-voz da afro-brasilidade, um "centro visível de um 'nós'", em sua "dupla visibilidade (falar diante dos seus e parlamentar com os adversários)", como nos alerta Pêcheux (1990, p. 17), perguntas incômodas se colocam frente a esse cenário e tensionam as relações de sentido entre “negros” e “brasileiros”. Afinal: qual nós? Qual afro-brasilidade? Qual Palmares? Qual Brasil?

O batimento entre descrição e interpretação que nos permite devolver à opacidade aquilo que se apresenta como evidente. Em primeiro plano, cabe-nos salientar os motivos que justificariam a elaboração do documento em pauta. De acordo com a Fundação Palmares, a escrita do relatório tem o intento de justificar a exclusão de centenas de livros da biblioteca da Fundação, que comporiam “um acervo contrário às finalidades da Instituição” e promoveriam "sexualização de crianças", "ideologia de gênero", "pornografia e erotismo", "guerrilha, greve, revolução", "bandolatria" e outras "bizarrias". Ao passo que o racismo é um não-dito no documento (até mesmo porque é negado em sua existência por parte expressiva do governo), esta lista textualiza um discurso do Estado sobre a multiplicidade humana redundando em corpos individuais que devem ser vigiados. Pretendemos dar consequência a essa análise considerando que foi o biopoder que "inseriu o racismo nos mecanismos do Estado" (FOUCAULT, 2010, p. 304).

(In)equivocamente, podemos dizer que o Relatório elaborado pela Fundação Cultural Palmares funciona como um arquivo da direita conservadora, pois articula diferentes discursividades, sempre sobredeterminadas pelo o que o espectro político da extrema direita consegue afirmar, mas também negar, silenciar, parafrasear, parodiar etc., acerca da luta de classes e da resistência de gênero-classe-raça. Essas discursividades tomam diferentes formas textuais no arquivo, pondo em circulação diferentes materialidades, articulando, por sua sobredeterminação, "discursos racializados" (MODESTO, 2021) e "discursos classistas racializados de gênero" (CESTARI, 2017, p. 183).

Analisamos o funcionamento discursivo do porta-voz, que fala para os seus ("todas as pessoas de bem", definidas pelo "esforço" e "honestidade"), enquanto institui um outro inimigo ("militante", "delinquente", "depravado") como aquele que ameaça a família e a unidade do povo brasileiro, "sob o pretexto de defender o negro". Ou seja, esses últimos encarnam "o mal" em um confronto com "o bem", dado que na discursividade da extrema direita haveria "um movimento global de aniquilação da civilização ocidental e seus valores cristãos e de sua substituição por valores, como feminismo, multiculturalismo, direitos dos gays e ateísmo" (FIORIN, 2019, p. 374). Como analisa Piovezani (2020, p. 15), "a diferença é reduzida a medo, repulsa e chacota, e o diálogo, a ódio, violência e extermínio". Assim, o discurso da extrema direita produz identificações a partir do estabelecimento de um inimigo interno em uma "guerra cultural".

Nessas lutas, "negro de direita" constitui uma relação de paráfrase com "cidadão de bem" enquanto "afro-brasileiro" relaciona-se ao militante de esquerda. Em oposição ao discurso fundador da subjetividade negra no Brasil (SOUZA, 1993), dando corpo a uma posição à direita, para o atual presidente da Fundação Palmares, a escravização no tráfico transatlântico tem os próprios africanos como principais responsáveis, a ancestralidade do negro brasileiro relaciona-se a sua família, e não à África, e Zumbi não deveria ser herói nacional. Para Sérgio Camargo, em um de seus posts no Instagram, essas posições confrontam e denunciam as "falácias, canalhices e mentiras da esquerda racalista brasileira".

Ou seja, a luta para significar a história está na base dos processos de subjetivação em questão: do lugar da resistência ativa histórica no discurso fundador do movimento negro (que confronta o imaginário de passividade e docilidade das relações entre senhores e escravizados em discursos da brasilidade) e da participação ativa como algozes dos próprios negros no discurso em que se inscreve o presidente da Fundação Palmares. Daí derivam também as defesas do dia da consciência negra confrontado à proposta do "dia da consciência humana" e a recente defesa que Sérgio Camargo fez da mudança do nome da Fundação para Princesa Isabel. Em sua conta no Twitter, em 09 de janeiro de 2022, afirmou: "Não faz sentido homenagear Zumbi, um líder tirano e escravocrata".

Portanto, o discurso nacionalista dessa discursividade de direita defende a brasilidade "acima de tudo" e provoca tensões mesmo nos discursos históricos da brasilidade ao negar a descendência africana afirmando a nação indivisa. O que vemos aí são processos de assimilação e apagamento/silenciamento/aniquilação na constituição do brasileiro "de bem".

O que analisamos no documento da Fundação Palmares em diálogo com postagens nas redes sociais de seu presidente e da própria instituição extrapola o que se poderia supor estar "encaixotado" ingenuamente como discursos especificamente relacionados à raça e às racialidades. Há mais nessa discussão. Por isso, interessa-nos o ponto de vista de analistas de discurso que compreendem que as lentes interseccionais, conforme propõe França (2017), e decoloniais devem nos servir à leitura de todas as

discursividades pelo papel que tem raça, sexualidade e gênero nos processos de constituição dos sujeitos e pelo modo como articulam-se em um sistema de exploração/opressão que marca nossa formação social.

Os embates entre sentidos que analisamos, nas relações que estabelecem com os discursos fundadores do Brasil e dos movimentos negros, constituem sujeitos. Nas complexas e contraditórias lutas pelos sentidos, a legitimidade do lugar de enunciação de negros brasileiros alinhados aos movimentos negros progressistas é questionada. Ao mesmo tempo, parte-se de suas conquistas – materializadas na própria existência da Fundação Palmares, com esse nome e com o machado de Xangô para representá-la visualmente – para dar credibilidade aos discursos da extrema direita que negam o racismo estrutural, reafirmando a meritocracia e o mito da democracia racial, que fazem do racismo um crime perfeito e servem para a manutenção dos privilégios brancos.

Em suma, problematizamos o que se tem chamado de lutas, ativismos e formas de opressão e propomos que as imbricadas relações de gênero-raça-classe sejam pensadas no âmago da constituição do sujeito do/no discurso na sua relação com o Estado brasileiro, cujos discursos fundadores remontam relações de colonização e de intersecção dessas formas de subjetivação de classe-raça-gênero.

Como defendemos ao longo do texto, o descrédito, o desmonte, o apagamento histórico, a invenção de um inimigo interno são marcas que constituem o *modus operandi* do discurso da extrema direita, discurso esse ao qual a Fundação Palmares atual se alinha. Um alinhamento, vale dizer, que desconstrói o que deveria ser a promoção e preservação dos valores culturais, sociais e econômicos da participação negra na formação da sociedade brasileira. Em síntese, se a Fundação Palmares já não existe mais, não vive mais, cabe-nos a construção e reconstrução das trincheiras da resistência para dar corpo ao verso do poeta José Carlos Limeira: “Se Palmares não vive mais faremos Palmares de novo”.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, Lei Federal nº 7.668 de 22 de agosto de 1988. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 agosto 1988.
- CESTARI, Mariana. Por uma tomada de posição feminista e antirracista na Análise de Discurso. *In*: ZOPPI FONTANA, Mônica; FERRARI, Ana Josefina (org.). **Mulheres em discurso**: identificação de gênero e práticas de resistência. Campinas: Pontes, 2017. p. 183- 203.
- FOUCAULT, Michel "O nascimento do racismo de Estado", aula de 17/03/1976. *In*: **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975- 1976). 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, [1976] 2010.
- MODESTO, Rogério. Os discursos racializados. **Revista da Abralín**, v. 20, n. 2, p. 1-19, 20 jul. 2021.
- ORLANDI, Eni P. (org.). **Discurso fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas: Pontes, 1993.
- PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 19, p. 7-24, 1990.
- PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. *In*: ORLANDI, Eni. **Gestos de leitura**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. p. 49-59.
- PÊCHEUX, Michel. Ideologia, aprisionamento ou campo paradoxal? *In*: ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 2012. p. 107-130.
- SOUZA, Pedro de. A boa nova da memória anunciada: o discurso fundador da afirmação do negro no Brasil. *In*: ORLANDI, Eni P. (org.). **Discurso fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas: Pontes, 1993.
- ZOPPI-FONTANA, M. Lugares de enunciação e discurso. **Leitura - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística**, Maceió, v. 23, p. 15-24, jan./jun, 1999.

ZOPPI-FONTANA, M. Transformações da fala pública: do porta-voz autorizado aos tuítes do filho amado. Mesa-redonda “Nos limites do discurso”. **Congresso da Associação Brasileira de Linguística**, Maceió, maio de 2019.